

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.728 - RR  
(2019/0204663-8)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**AGRAVANTE : M B H**  
**ADVOGADO : EDNALDO GOMES VIDAL - PR000155B**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. INADMISSÃO DO RECURSO. SÚMULA N.º 7 DO STJ E FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO PRETORIANO. RAZÕES RECURSAIS. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Nas razões do agravo em recurso especial, o Agravante se limitou a sustentar genericamente que a matéria seria apenas jurídica, sem explicitar, à luz da tese recursal trazida no recurso especial, de que maneira a análise não dependeria do reexame de provas. Além disso, não demonstrou de que forma, nas razões do recurso especial, teria demonstrado o dissídio pretoriano, mormente no que diz respeito à similitude fática.

2. Não houve a observância da dialeticidade recursal, motivo pelo qual careceu o referido recurso de pressuposto de admissibilidade, qual seja, a impugnação efetiva e concreta de todos os fundamentos utilizados para inadmitir o recurso especial, no caso, a incidência da Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Ausente a transposição do juízo de admissibilidade, é inviável a análise das questões suscitadas no recurso obestado.

4. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRA LAURITA VAZ**  
Relatora